

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito Internacional dos Direitos Humanos**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

A presente obra reúne uma coletânea de vinte e dois artigos apresentados no Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos, coordenado pelos Professores Doutores Eduardo Gomes, Margareth Leister e Antônio Márcio da Cunha Guimarães, durante o XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), realizado entre os dias 29 de maio a 01 de junho de 2013 na Faculdade de Direito do Centro Universitário Curitiba – UniCuritiba -, na cidade de Curitiba, sob o tema central dos 25 anos da Constituição Cidadã.

Este evento, o mais importante encontro científico do Direito, por contar com a participação de representantes da grande maioria dos programas de Mestrado e Doutorado do país, contou com o Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento para Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ).

Com a crescente internacionalização dos Direitos Humanos, advinda após a II Guerra Mundial, inaugurou-se um ramo específico dentro do Direito Internacional o qual, cada vez, ganha maior destaque perante o cenário internacional, qual seja: a proteção do indivíduo e a sua elevação enquanto sujeito de Direito Internacional

Seu caráter eminentemente interdisciplinar exige uma leitura crítica e analítica, que leve em consideração sua interação com as forças políticas, econômicas, democráticas, sociais e culturais, que tem contribuído para o alargamento de sua positivação através da multiplicação da ordem jurídica convencional via Tratados, além da necessidade do constante diálogo com o Direito Constitucional.

Por sua vez, o surgimento de novos grupos de alta vulnerabilidade na sociedade internacional, reivindicando seus direitos, tem provocado uma potencialização dos sistemas jurídicos de ordem regional, como o sistema interamericano e o sistema europeu, e seus respectivos órgãos jurisdicionais.

O sistema internacional dos direitos humanos tem repercutido nas transformações do Direito Constitucional e Infraconstitucional Comparados, permitindo sua internalização e abrindo espaço para a propositura de inovações doutrinárias e novas fundamentações teóricas, que pretendem aperfeiçoar a eficácia dos direitos humanos na Ordem Global.

Para fins didáticos, os organizadores da presente obra decidiram estruturar quatro eixos temáticos, que pretendem organizar a diversidade de assuntos abordados nos artigos apresentados.

Assim, no primeiro eixo, intitulado Direitos Humanos sob a perspectiva contemporânea e filosófica, se concentram os trabalhos que abordam, em linhas gerais, a evolução jurídico e filosófica dos Direitos Humanos e a inserção do indivíduo no cenário internacional, de forma a apresentar uma concepção universal sobre o tema.

No segundo eixo, se agrupam os textos focados nos Direitos Humanos sob a perspectiva dos Direitos Sociais e Direito Constitucional, de forma a demonstrar o constante diálogo entre os ramos do direito.

No terceiro eixo, estão os artigos referentes aos Direitos Humanos sob a perspectiva dos Direitos das Minorias, de forma a abordar temas relevantes como as condições de gênero, os indígenas e os imigrantes.

Por último, o quarto eixo aborda os temas relevantes para as Organizações Internacionais e os Mecanismos Regionais de Proteção. Buscou-se efetuar uma abordagem da Proteção dos Direitos Humanos, através dos sistemas europeu e americano de proteção aos Direitos Humanos, além dos mecanismos previstos nas Organizações Internacionais que, direta ou indiretamente, traz reflexos nesta área.

Os organizadores da obra agradecem aos representantes do CONPEDI e seu corpo de funcionários a inestimável ajuda prestada sem a qual não teria sido possível a produção desta publicação.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professor Doutor Antônio Márcio da Cunha Guimarães – PUC SP

Professor Doutor Eduardo Biacchi Gomes – UniBrasil

Professora Doutora Margareth Leister – UNIFIEO